



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PALMAS – TO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

LEDA SANTANA DE OLIVEIRA NOLETO

UNIVERSIDADE DA MATURIDADE POLO DE ARAGUAÍNA - TO: “UMA” análise das ações realizadas por meio do termo de cooperação técnica consolidado entre a Universidade Federal do Tocantins e o município de Araguaína - TO

Palmas/TO
2022

LEDA SANTANA DE OLIVEIRA NOLETO

UNIVERSIDADE DA MATURIDADE POLO DE ARAGUAÍNA - TO: “UMA” análise das ações realizadas por meio do termo de cooperação técnica consolidado entre a Universidade Federal do Tocantins e o município de Araguaína - TO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador(a): Dra. Neila Barbosa Osório

Palmas/TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S232u Santana de Oliveira Noletto, Leda.
UNIVERSIDADE DA MATURIDADE POLO DE ARAGUAÍNA - TO:
"UMA" análise das ações realizadas por meio do termo de cooperação
técnica consolidado entre a Universidade Federal do Tocantins e o
município de Araguaína - TO. / Leda Santana de Oliveira Noletto. –
Palmas, TO, 2022.
47 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) em Educação, 2022.
Orientadora : Neila Barbosa Osório

1. Universidade da Maturidade. 2. termo de cooperação técnica. 3.
parcerias. 4. polo da Universidade da Maturidade de Araguaína - TO. I.
Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

LÊDA SANTANA DE OLIVEIRA NOLETO

UNIVERSIDADE DA MATURIDADE POLO DE ARAGUAÍNA-TO: “UMA ANÁLISE DAS AÇÕES REALIZADAS POR MEIO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CONSOLIDADO ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS E O MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA-TO”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 24 / 02/ 2022

Banca Examinadora



Prof. Dra. Neila Barbosa Osório, PPGE-UFT.



Prof. Dr. Luiz Sinésio Silva Neto, PPGECS-UFT



Prof. Dra. Daniela Patrícia Ado Maldonado, PPGE-UFT

Palmas, 2021

Dedico este trabalho ao marido, Noleto, e meus filhos do coração Guilherme e Yan Vitor– minhas maiores riquezas, fonte de amor, força, alegria, coragem, companheiros desta e outras jornadas.

Aos meus pais “Deusdete e Valdomira” (in memorian) - com eles aprendi amar, respeitar e compreender e a respeitar os “mais velhos! A minha avó materna que sempre me incentivo a lutar pelos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por ser base das minhas conquistas.

A meu marido, João Batista Noletto, companheiro, digno de todo meu amor e respeito. Agradeço o incentivo, o amor, o apoio e a compreensão nos momentos que mais precisei. Obrigada por fazer parte da minha vida.

Aos meus filhos do coração Guilherme (irmão por parte de pai) e Yan Vitor (filho do meu irmão casula) Obrigado pelo amor e carinho.

A todos (as) os (as) amigos (as) e familiares de longe ou de perto, que me auxiliaram a transpor mais essa caminhada.

A Prof^a. Orientadora Dra. Neila Barbosa Osório, pelo apoio, pelas orientações e pela dedicação, paciência e confiança, e por ter compartilhado conhecimentos e acreditar na concretização deste trabalho. Obrigada pela oportunidade, pelo aprendizado intelectual e pessoal. Minha eterna admiração!

Ao Prof. Dr. Luiz Sinésio Silva Neto, todo o meu respeito e admiração pela pessoa e profissional competente, agradeço pelas sugestões e contribuições ao longo deste trabalho.

A Prof^a. Dra. Daniela Patricia Ado Maldonado, meus agradecimentos pelas contribuições e sugestões na revisão desse trabalho, e por ter aceitado o convite para compor a banca examinadora.

A Prof^a. Doutoranda Alessandra Ruita, meus sinceros agradecimentos pelo incentivo, pelas contribuições e por me ajudar a transpor mais essa etapa na minha vida profissional.

Agradeço a todos os Professores do Mestrado em Educação do PPGE/UFT, que contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço a todos os pesquisadores envolvidos na coleta de dados, em especial agradeço as professoras e os alunos velhos da UMA da UFT de Palmas, razão da existência e concretização deste trabalho.

Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente, contribuíram para realização deste trabalho.

RESUMO

O estudo apresentado discute a inserção dos velhos no direito à educação por meio das atividades elencadas no Termo de Cooperação Técnica e seu respectivo Plano de Trabalho vinculado e estabelecido entre a Universidade Federal do Tocantins - UFT e o município de Araguaína - TO, onde possui um polo da Universidade da Maturidade - UMA em vigência e em consonância ao Capítulo V do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003). O modelo de formalização de parceria pode ser usado por Universidades Federais, Institutos de Ensino e/ou Instituições Federais para viabilizar a realização de atividades de extensão e a aplicação de políticas públicas. Para ilustrar as possibilidades de uso deste instrumento administrativo foi realizado o Estudo de Caso das ações na Universidade da Maturidade - UMA de Araguaína - TO, projeto de extensão da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Os dados apresentados, com recorte temporal de 2021, demonstram que a Universidade da Maturidade - UMA polo de Araguaína - TO, tem alcançado o objetivo na aplicação das ações e atividades que estão como metas no Plano de Trabalho. Enfim, é evidente que o alcance ocorreu em razão da melhoria no planejamento com a parceria e no monitoramento das ações e projetos desenvolvidos.

Palavras-chaves: Universidade da Maturidade, termo de cooperação técnica, parcerias, polo da Universidade da Maturidade de Araguaína - TO.

ABSTRACT

The study presented here discusses the inclusion of the elderly in the right to education through the activities listed in the Technical Cooperation Agreement and its respective Work Plan linked and established between the Federal University of Tocantins - UFT and the city of Araguaína - TO, where it has a branch of the University of Maturity - UMA in force and in line with Chapter V of the Statute of the Elderly (Law No. 10.741/2003). The partnership formalization model can be used by Federal Universities, Teaching Institutes and/or Federal Institutions to make feasible extension activities and the application of public policies. To illustrate the possibilities of using this administrative instrument, a Case Study of the actions at the University of Maturity - UMA in Araguaína - TO, an extension project of the Federal University of Tocantins - UFT, was carried out. The data presented, with a time frame of 2021, show that the University of Maturity - UMA pole in Araguaína - TO, has reached the goal in the application of actions and activities that are the goals in the Work Plan. Finally, it is evident that the achievement occurred due to the improvement in planning with the partnership and in monitoring the actions and projects developed.

Key-words: Universidade da Maturidade, Technical Cooperation Agreement, University of Maturity Pole in Araguaína – TO.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Projeto de expansão dos polos da Universidade da Maturidade - UMA/UFT	23
Figura 2 - Atribuições da UMA-UFT elencadas no Termo de Cooperação Técnica .	28
Figura 3 - Atribuições dos órgãos (Prefeitura e Secretaria Municipal de Educação) elencadas no Termo de Cooperação Técnica	28
Figura 4 - Termo de cooperação entre a UMA-UFT e o município de Araguaína – TO publicado no dia 24 de maio de 2021.....	29
Figura 5 - Modelo do Plano de Trabalho.....	30
Figura 6 - Ata de aprovação.....	37
Figura 7 - Aprovação do projeto de produtividade da FAPT	38
Figura 8 - Documentário dos 15 anos de história da Universidade da Maturidade - UMA	40
Figura 9 - Emenda parlamentar destinada a Universidade da Maturidade polo de Araguaína - TO.....	41
Foto 1 - Alto de natal realizado no shopping Capim Dourado em Palmas - TO.....	42
Quadro 1 - Metodologia aplicada no Estudo	16

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Projetos desenvolvidos a partir das ações elencadas no Termo de Cooperação Técnica na UMA de Araguaína – TO.....	33
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FAPT	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins
FAPTO	Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins
IES	Instituto de Ensino Superior
ITS	Instituto de Tecnologia Social
LABEFE	Laboratório de Exercício Físico e Envelhecimento Humano da Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins.
OMS	Organização Mundial da Saúde
PPGCom	Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade
PPP	Plano Político Pedagógico
PT	Plano de Trabalho
SESC	Serviço Social do Comércio
UATI	Universidade Aberta da Terceira Idade
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UMA	Universidade da Maturidade
UNITINS	Universidade Estadual do Tocantins

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO.....	14
2.1. Materiais e métodos.....	14
3. PROCESSO HISTÓRICO BRASILEIRO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NA INTERGERACIONALIDADE	17
3.1. Constituição Federal de 1988: discordância na redação na diferença da educação entre crianças e velhos.....	18
3.2. Política Nacional do Idoso: percepção da universidade aberta para a terceira idade.....	19
4. HISTÓRIA E CONTEXTO EDUCACIONAL DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE - UMA/UFT, HOJE UMA TECNOLOGIA SOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS	22
5. TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E A SUA IMPORTÂNCIA NA APLICAÇÃO DAS ATIVIDADES.....	27
6. (UMA) ANÁLISE DOS PRODUTOS GERADOS COMO RESULTADOS NO POLO DA UMA DE ARAGUAÍNA – TO A PARTIR DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.	32
6.1. Resultados alcançados.....	35
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45

1. INTRODUÇÃO

O aumento da população de pessoas velhas é um evento que acontece no mundo todo. Atualmente no Brasil, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), mostram que há aproximadamente, cerca de 30,2 milhões de velhos com mais de 60 anos. Esse cenário acontece em diferentes setores da sociedade, como: economia, saúde, segurança pública e educação.

De acordo com a Organização das Nações Unidas – ONU – o número de pessoas de 60 anos ou mais em 2050, poderá chegar a dois bilhões de velhos no mundo. O envelhecimento populacional é um proeminente fenômeno mundial. Isso revela um aumento dos mais velhos, por meio do tempo vivido por eles, no envelhecimento de certos segmentos populacionais, como a População Economicamente Ativa (PEA), no envelhecimento das famílias (crescimento do número de famílias nas quais existe, pelo menos, uma pessoa considerada idosa) e na mudança dos arranjos familiares (CAMARANO; PASINATO, 2005).

Segundo Costa (2019), o Brasil, em quarenta anos, terá na ordem de 15 vezes o aumento na população de velhos, sai do 16º lugar em 1950 para, em 2025, o 6º lugar no **ranking** mundial de população de pessoas velhas no mundo.

A temática do envelhecimento humano infelizmente não possui uma forte presença na agenda pública, e contribui para falta de soluções de muitos problemas relacionados à velhice humana. Dentre eles, o nível educacional dos velhos brasileiros que é um problema de educação pública.

Os dados do IBGE (2018) mostram que, no Brasil, o analfabetismo é maior na faixa etária dos velhos, quando equiparado com outras faixas etárias. De acordo com os dados a seguir é possível ter uma interpretação clara: 6,8 % (15+ de idade), 7,2% (25+ de idade), 11,5 % (40+ de idade) e 18,6 % (60+ de idade).

Dado seguimento ao trecho acima, esses dados não levam em cogitação o analfabetismo funcional, que é a incapacidade de compreender textos simples, por isso, o problema é bem mais difícil e exige dedicação e relevância. Todo esse contexto de baixa escolaridade interfere negativamente no envelhecimento humano e na qualidade de vidas da pessoa velha.

A efetivação das políticas de educação formal para velho aparece, de forma discreta, na agenda pública. Maiores investimentos na formação de professores

podem contribuir de forma significativa para melhorar os indicadores apresentados acima, haja vista que nem toda a educação acontece no sistema escolar, quando arrazoamos de educação para os velhos. É necessário superar a institucionalização da educação, pois aprender é uma atividade inerente ao ser humano, é uma constante ao longo da vida (ALVES, 2010; OLIVEIRA, 2015).

Projetos de Extensão Universitária, voltados ao público velho, têm sobressaído cada vez mais como uma ferramenta metodológica para facilitar a inserção dos velhos à educação. Esse tipo de metodologia tem como conceito descrever as experiências de cada velho. São realizadas por meio de produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis desenvolvidas em interação com a comunidade e que visa, principalmente, buscar soluções para os problemas sociais, bem como, o desenvolvimento e a inclusão social. São experiências inovadoras que contribui para resolver grandes problemas sociais (ARAÚJO, 2013).

A vista disso, destacamos que o interesse pela temática é resultado de todo um trabalho desenvolvido durante 16 anos de Universidade da Maturidade – UMA, projeto de extensão da Universidade Federal do Tocantins – UFT, onde é possível conhecer um pouco da realidade de pessoas mais velhas em todo Estado do Tocantins e ressaltar o direito da pessoa idosa à educação.

Dessa forma, a pesquisa presente tem como proposta explorar as percepções e anseios de pessoas mais velhas em relação a sua inclusão no meio social, científico, político e cultural, colocar em práticas as atividades e ações que são aplicadas a partir das premissas elencadas no Termo de Cooperação Técnica consolidado entre a Universidade Federal do Tocantins e a Prefeitura e Secretaria Municipal de Educação do Município de Araguaína – TO. Com isso, espera-se lançar luz à efetividade do termo de parceria e subsidiar a UMA/UFT em seu projeto expansionista.

Por fim, com as experiências e com a consciência dos meus vínculos com a temática, defini a questão norteadora, os objetivos da pesquisa e os procedimentos que deveria adotar para atingi-los, e que serão descritos no decorrer da dissertação.

2. PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO

Nesse segmento apresentarei os caminhos percorridos para realização desse estudo e os objetivos das questões que serão discutidas nas seções subsequentes. A metodologia descreve a efetividade de um estudo.

A questão norteadora da pesquisa é: Como a “UMA/UFT” promove ações que garantem a inserção e os direitos na velhice dos Tocantinenses estabelecidos no Estatuto do idoso (Lei 10741/2003)?”.

O objetivo geral foi avaliar o cumprimento das ações/atividades estabelecidas no Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Universidade Federal do Tocantins – UFT e a Prefeitura e Secretaria de Municipal de Educação do município de Araguaína, onde, atualmente encontra-se com um polo implantado, em consonância ao Capítulo V do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003).

Após alinhar o objetivo geral, para detalhar melhor a efetividade do estudo, foi possível estruturar os objetivos específicos em 03 seções, sendo:

a) Descrever o processo histórico brasileiro do direito à educação de pessoas idosas em especial no Estado do Tocantins;

b) Contextualizar a história da Universidade da Maturidade – UMA/UFT no Estado do Tocantins;

c) Analisar e compreender como as ações elencadas no Termo de Cooperação Técnica entre a Universidade Federal do Tocantins – UFT e o município de Araguaína – TO, está inserindo a pessoa velha à educação, e de que forma isso está agrega conhecimentos para mudar a realidade dos mais velhos que estudam na Universidade da Maturidade do Município.

2.1. Materiais e métodos

A estrutura da pesquisa é de ordem descritiva e de análise documental, tem como perspectiva avaliar a inserção dos velhos no contexto educacional, identificar como essas ações são monitoradas e quais produtos são resultados dessas ações realizadas.

Essa pesquisa se caracterizou como um Estudo de Caso, por meio do qual buscou conhecer as ações elencadas no Termo de Cooperação Técnica entre a Universidade Federal do Tocantins - UFT e o Município de Araguaína – TO, partiu

das ações e atividades desenvolvidas na Universidade da Maturidade polo de Araguaína – TO. Esse tipo pesquisa é relevante para que haja a percepção desses sujeitos nas práticas educativas realizadas com enfoque nas políticas sociais.

Os meios qualitativos estabelecem explicações contextuais relevantes no seu significado. O foco central é específico e peculiar, almejar sempre a compreensão do que está é estudado, geralmente ligado a crenças, atitudes, sentimentos e pensamentos dos elementos estudados. (Spencer, 1993).

Iniciou o estudo com uma análise documental do arquivo denominado “Termo de Cooperação Técnica” firmados entre a Universidade Federal do Tocantins – UFT e a Prefeitura de Araguaína – TO juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, na intenção de compreender como as ações no polo da UMA de Araguaína - TO são desenvolvidas para compreender a realidade dos mais velhos no município.

Para tratarmos melhor os objetivos do estudo e a pesquisa que será realizada, classificamos o levantamento de informações como exploratório e descritivo. É exploratório pois será realizada uma análise dos documentos no local e é descritivo ao envolver uma abordagem de natureza qualitativa. (GIL, 2008).

Posteriormente, identificaremos os indicadores relativos a ações que devem ser desenvolvidas de acordo com o respectivo Plano de Trabalho do Termo de Cooperação Técnica, para assim, determinar os aspectos convergentes e não convergentes, a seleção de material e a interpretação dos dados coletados durante as próximas etapas do estudo (BARDIN, 2011).

Os resultados serão relatados em um tópico específico dessa dissertação, subdivisões por ações realizadas durante todo o ano de 2021 no polo da Universidade da Maturidade de Araguaína – TO.

Por fim, é com esse tipo de pesquisa que será possível identificar “se” a Universidade da Maturidade - UMA/UFT do polo de Araguaína – TO agrega aprendizagem, conhecimento, inclusão social na educação de acordo com as ações executadas, e de que forma elas estão mudando a realidade do Ser Velho Araguainense.

Quadro 1 - Metodologia aplicada no Estudo

Abordagem da Pesquisa	Qualitativa e descritiva
Forma Assumida (tipo)	Estudo de Caso
Coleta de Informações	Levantamento Bibliográfico Análise Documental (Termos de cooperação Técnica)
Interpretação das informações	Análise de Conteúdo
Participantes	Professores e alunos e acadêmicos da Universidade da Maturidade de Araguaína – TO.
Campo de Pesquisa	Polo da Universidade da Maturidade de Araguaína – TO.

Fonte: Adaptado pelo autor, 2022.

Tendo como objetivo analisar de forma clara os procedimentos para a construção dos objetos e resultados, o quadro acima refere-se ao meio de pesquisa que esse estudo será definido.

3. PROCESSO HISTÓRICO BRASILEIRO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NA INTERGERACIONALIDADE

As Políticas Educacionais brasileiras nem sempre foram alvos dos serviços educacionais voltados diretamente para os velhos. Dessa maneira, nem sempre foram consideradas as particularidades pedagógicas a respeito da faixa etária inerente da pessoa mais velha, especificamente enquadradas, nos documentos oficiais.

Dessa forma, Oliveira (2009), afirma que os métodos educacionais surgem, historicamente, centralizando um olhar essencialista voltado para a criança em desfavor dos jovens e adultos, no grau em que a infância é entendida como o tempo de aprendizagem e fase de progresso psicossocial da criança, enquanto o adulto é considerado pronto ainda em seu processo de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2009, p. 14).

Gadotti (2016), destaca que é fundamental “respeitar o educando adulto, busca uma metodologia apropriada, que preserve a importância de sua biografia, da sua história de vida” e não a sua submissão “por uma metodologia que impede o direito de afirmação de sua identidade, de sua cultura e de seu conhecimento” (GADOTTI, 2016, p. 17).

Brasil (1988), Para entender os marcos das legislações que constitui o direito à educação do ser velho, o art. 205 da Constituição Federal de 88, que determina a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, a ser incentivada com a cooperação da sociedade, visa o desenvolvimento da pessoa, para o seu apresto ao exercício da cidadania e sua aptidão para o trabalho.

O art. 205 juntamente aos objetivos do art. 227 e 230 da Lei de 88 visa analisar o dever de assegurar o direito à educação para crianças, adolescentes e jovens adultos, resultante do primeiro preceptivo, em discordância com o dever de amparo às pessoas velhas.

Por fim, constata-se o conceito de “Universidade aberta para a terceira idade”, relevantes no art. 10, inc. III, alínea “f” da Política Nacional do Idoso, constado, neste estudo, como “meio de generalizar o acesso às diferentes formas de conhecimento”. (Brasil, 1988).

3.1. Constituição Federal de 1988: discordância na redação na diferença da educação entre crianças e velhos.

A Constituição Federal de 88, promove um tratamento nunca antes dado aos direitos essenciais, é o resultado de um amplo sistema de discussão motivado pela redemocratização do País após dois decênios de ditadura.

Segundo Sarlet (2006), o conteúdo escrito na constituição apresenta, claramente, três peculiaridades consensualmente atribuídas, considera-se, conseqüentemente, extensiva (característica indicada na quantidade de métodos normativos, possuindo 246 artigos e 74 disposições transitórias), de caráter programático ou dirigente (perfil consolidado na quantidade de disposições específicas de regulamentações consecutivas) e pluralista (atributos derivados da consideração de reivindicações nem sempre apuradas entre si, gera um tema com anseios internos).

Para Ximenes (2014), mesmo havendo um conflito na compreensão da Constituição, a mesma deve ser reconhecida e explorada de forma positiva. Neste ponto de vista, o processo de elaboração do conteúdo do texto, mesmo que não revolucionário, findou uma redação atenta às ações populares reformistas.

A Constituição de 88, é definida como a Constituição do Estado Social, considera o Brasil, como um Estado que não somente atribui direitos sociais básicos, mas também os garante. O cientista político escolheu a igualdade como principal norte do Estado Social, dessa forma, compreende-se que este representa um eixo em torno de toda a estrutura importante ao Direito do Estado Democrático.

Na Constituição Federal de 88, a educação é reconhecida como um direito social, considera-se os meios de acesso desse direito como competência comum dos Municípios, dos Estados, Da União e do Distrito Federal. No título da Ordem Social, há uma definição maior deste direito, ao qual é reservado um capítulo à parte, constitui-se essa temática como a mais extensa regulamentação na esfera da ordem social (SARLET, 2006, p. 350).

Para Silva, a Constituição de 1988, trata a educação como um serviço essencial de obrigação do Poder Público, isso não impede que o ensino seja oferecido também pela iniciativa privada, que abrangerá apenas de forma condicionada e secundária. (SILVA, 2005, p. 838).

Mesmo a educação sendo um direito de todos e dever do Estado, é possível observar uma grande diferença no tratamento desta prerrogativa para os velhos. As ações adotadas pelo Estado, pela família e pela sociedade quando se trata do resguardo de prerrogativas colocam em primeiro lugar, crianças, jovens e adolescentes e, em segundo lugar, pessoas idosas.

A exemplo de Silva (2005), os direitos dos velhos relacionam-se essencialmente ao direito assistencial e previdenciário, não chega a alcançar, em sua compreensão mais ampla, o proveito de todos os direitos sociais:

Não foram incluídos no art. 6º como espécie de direito social, mas, por certo, tem essa natureza. Uma dimensão integra o direito previdenciário (art. 201, I) e se realiza basicamente pela aposentadoria e o direito assistenciais (art. 203, I), como forma protetiva da velhice, incluindo a garantia de pagamento de um salário-mínimo mensal, quando ele não possuir meios de prover à própria subsistência, conforme, dispuser a lei. Mas o amparo à velhice vai um pouco mais longe, daí o texto do art. 230, segundo o qual a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, bem como a gratuidade dos transportes coletivos urbanos e, tanto quanto possível a convivência em seu lar (SILVA, 2005, p. 321).

Dessa forma, é possível perceber a discordância discursiva no conteúdo constitucional no que diz respeito aos direitos das pessoas mais velhas frente aos direitos dos demais cidadãos de outros espectros etários. Enfatiza-se, pela redação, o entendimento de que a família, a sociedade e o Estado têm a obrigação de assegurar, para as crianças, jovens e adolescentes, a efetivação de direitos – entre eles, o direito à educação –, enquanto, no caso de pessoas velhas, seu posicionamento é diferente, compreende, acima de tudo, o dever de amparo.

3.2. Política Nacional do Idoso: percepção da Universidade aberta para a terceira idade.

Apesar de reconhecerem na Constituição Federal de 1988, os direitos das pessoas velhas, o amparo estabelecido pelo Estado, pela família e pela sociedade, ainda demanda certos cuidados para uma educação mais rigorosa e inclusiva em virtude de seu cunho programático (SARLET, 2006).

À vista disso, no ano de 1994, foi publicada a Política Nacional do Idoso, cujo seu objetivo resume-se em assegurar os direitos sociais dos velhos, cria conjunturas para promover sua independência, inclusão, participação e autonomia efetiva na sociedade como cidadãos.

Sousa aponta que a Política Nacional do Idoso, trouxe para sociedade a consolidação dos direitos dos idosos já garantidos na Constituição Federal, apresentar formas de cumprimento do instrumento legal capaz de controlar a violação desses direitos e propiciar a proteção integral do velho, dessa forma, tornar-se uma “norma orientadora da atuação governamental”, ao estabelecer “as novas exigências da sociedade brasileira para o atendimento da população mais velha” (SOUSA, 2004, p. 124).

A política citada acima conta com 22 artigos, traz referência à educação no Capítulo II (Dos Princípios e das Diretrizes), nos seguintes termos:

Art. 10. Na implementação da Política Nacional do Idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos: III – na área de educação: a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso; b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto; c) incluir a gerontologia e a geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores; d) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento; e) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequadas às condições do idoso; f) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber.

É perceptível que a primeira menção legislativa ao conceito de “Universidade aberta para a terceira idade”, está inserido no art. 10, inc. III, alínea “f”, como meio universal do acesso às diferentes formas de conhecimento.

Inicialmente a proposta deste modelo educacional tinha como objetivo a ocupação do tempo livre das pessoas velhas, com o propósito de promover o convívio social e incentiva as relações entre os velhos. No decorrer tempo, sucedeu-se a expansão dos fins visados, dessa forma, abrange a melhoria da saúde mental do velho por meio de outras atividades e ações, bem como o fomento constante de sua autonomia e de sua participação cidadã. (SOUSA et al., 2013).

No Brasil, este modelo educacional foi implantado, pela primeira vez, há 32 anos, junto à Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 1990, que instituiu uma Universidade Aberta da Terceira Idade (SOUSA et al, 2013).

No atual momento, existem mais de 200 programas desse tipo em instituições de ensino superior, a maioria destes qualificados por projetos de extensão universitários, forma, desse modo, a educação não-formal (CACHIONI et al., 2016, p. 64).

Destaca-se no Estado do Tocantins, a Universidade da Maturidade – UMA, projeto de extensão da Universidade Federal do Tocantins – UFT, que traz uma alternativa inovadora para as pessoas velhas que a sociedade brasileira exclui, numa fase da vida em que detém experiência acumulada e sabedoria. É um espaço de convivência social de aquisição de novos conhecimentos voltados para o envelhecer sadio e digno e, sobretudo, na tomada de consciência da importância de participação do velho na sociedade enquanto sujeito histórico. (OSÓRIO; SILVA NETO, 2021).

4. HISTÓRIA E CONTEXTO EDUCACIONAL DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE - UMA/UFT, HOJE UMA TECNOLOGIA SOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS

No dia 13 de fevereiro de 2006, uma nova forma de viver a velhice nasceu em Palmas Tocantins, nascia a Universidade da Maturidade – UMA/UFT com 50 vagas ofertadas e 350 inscritos, já era possível notar o quanto o projeto estava surgindo para mudar vidas. Ainda em 2006, ocorreu a Aula Magna no auditório do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, e quatro anos depois, em 2010, foi inaugurada a sede definitiva da UMA, no Câmpus da Universidade Federal do Tocantins, em Palmas. (PPP/UMA/UFT/TO (2018, p.42)

A ideia inicial do projeto UMA - e que ainda persiste - é a de conhecer o processo de envelhecimento do ser humano para oferecer na promoção do sujeito que envelhece e provocar transformações sociais na conquista de uma velhice ativa e digna. A Universidade da Maturidade (UMA), projeto de extensão com menor índice de evasão da Universidade Federal do Tocantins, já formou, em 16 anos de existência, cerca de 5,5 mil idosos no curso de Educador Político Social para o Envelhecimento Humano. (PPP/UMA/UFT/TO (2018, p.44).

São 5,5 mil histórias de pessoas que descrevem o projeto como vida e esperança para seu viver. Atualmente, o projeto atende, no Tocantins, cerca de 400 idosos, como acadêmicos e usuários dos serviços ofertados pela extensão.

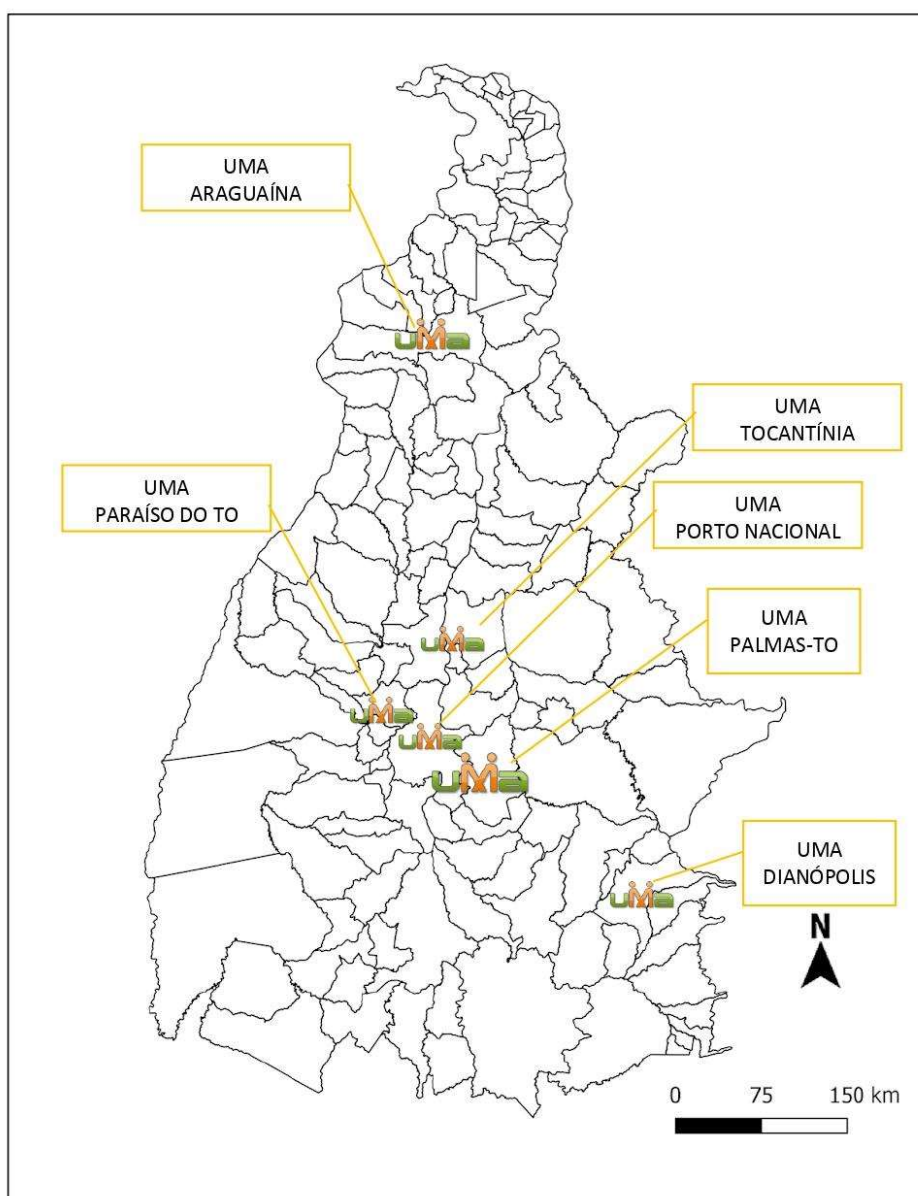
"É preciso saber viver", o mote do refrão da música "É preciso saber viver", de Erasmo Carlos e Roberto Carlos já é jargão bem conhecido e embala a maioria das atividades de um dos projetos mais longevos e exitosos da Universidade Federal do Tocantins. Geralmente vestidos de amarelo, onde chegam (em solenidades e eventos institucionais ou não) eles chamam a atenção, não só pela quantidade, mas também pela alegria e idade. (PPP/UMA/UFT/TO (2018,p.44-45).

A UMA foi criada pela Dra. Neila Barbosa Osório para oferecer aos velhos, qualidade de vida, dignidade e expansão dos conhecimentos na terceira idade - ciclo de vida em que não há grandes ofertas de oportunidades ou criadas expectativas para os que nele estão. A professora possui um caminho de vida voltado para estudar o envelhecimento humano que contribuiu para a mesma conduzir o Projeto da UMA em conjunto com seu filho, Doutor Luiz Sinésio Silva Neto, que também,

tem trilhado o campo acadêmico e de trabalhos voltados aos velhos. Atualmente, ele é parceiro motivado e empenhado na gestão do projeto.

O Programa Universidade da Maturidade compartilha atividades em três esferas de atuação das Universidades: ensino, pesquisa e extensão voltados para o cuidado do adulto e velho, proporciona a criação de alternativas inovadoras com interações simultâneas entre produção e conhecimento, formação, aperfeiçoamento de recursos humanos, prestação de serviços, em outros termos, é a valorização do adulto e velho como cidadão de primeira classe na sociedade. (PPP/UMA/UFT/TO (2019).

Figura 1 - Projeto de expansão dos polos da Universidade da Maturidade - UMA/UFT



Fonte: Arquivo dos 15 anos da UMA

Desde a sua criação, a UMA esteve presente em Tocantinópolis, Miracema e Região, Gurupi, Brejinho de Nazaré e Arraias, também em Campina Grande (PB), e já fez parte da extensão em outras universidades federais, como a do Paraná, de Amapá e de Brasília. Atualmente o projeto está presente somente em solo tocantinense, nos nove municípios: Araguaína, Paraíso, Dianópolis, Palmas e Porto Nacional, Luzimangues e Tocantínia com três polos ativos, sendo um no centro, assentamento e outro no povoado indígena, atendendo em cada polo cerca de 100 idosos, com atividades diversas na sua programação. (PPP/UMA/UFT/TO (2019).

O Projeto Político Pedagógico da UMA, construído democraticamente, aponta que a educação é um processo de humanização do acadêmico em sociedade de estímulo que contribui para a qualificação da velhice, por meio da busca de elementos que dêem sentido ao viver e ao conviver, e que deve ser sustentada pela construção de novos conhecimentos.

Segundo Cericatto (2018), a Universidade da Maturidade - UMA da UFT é um processo que visa à promoção individual, social e cultural e que respeita o conhecimento construído pelas experiências vivenciadas pelos alunos. A referida Universidade acredita na busca constante da plena realização, da liberdade e da valorização do ser humano, dando-lhes condições para que, por meio do saber conhecer, do saber fazer e do saber ser, melhorem suas condições de vida e situem-se como cidadãos, especialmente no contexto em vivem e convivem. (PPP/UMA/UFT/TO (2018 p.37)

Percebe-se ainda, no Projeto Político Pedagógico- PPP/UMA/UFT/TO (2018 p.39), a consolidação do social no fazer do Projeto:

A Pedagogia Social visa educar para uma inserção crítica e auxiliá-los na sua formação e integração na sociedade. Ela possui uma dupla tarefa: incentivar o papel educativo da sociedade e desenvolver o potencial socializador da educação. Ela tem a responsabilidade de fundamentar teórica e praticamente os processos educativos promovidos na ação e intervenção sociais e tem como metas a melhoria do bem-estar social e da qualidade de vida.

Assim, observa-se o papel fundamental do educador social da UMA deve possuir características mediadoras entre o saber adquirido ao longo da vida e estabelecer um elo com um novo saber transformador.

Conforme o autor mencionado acima, para aprender, é necessário a ação do aprendiz: o agir, o se envolver e o participar efetivamente.

De acordo com o PPP da UMA, ensinar para a Universidade significa:

Criar situações intencionais, nas quais os alunos velhos/idosos não saem sem aprender, sem se desenvolver, sem transformar suas vidas a tarefa de ensinar adultos e velhos/idosos é exercer uma influência libertadora, promovendo a aprendizagem por meio de uma ação educadora emancipatória que libere as pessoas de atitudes e antigas suposições que limitam o seu potencial e que permitam a criação de possibilidades positivas para o crescimento pessoal e social. (PPP/UMA/UFT/TO (2011,p.9).

Dentro do Projeto Político Pedagógico do Programa da Universidade da Maturidade, as ações educativas seguem os seguintes princípios:

Princípio da valorização: Conceber a educação como um processo de humanização e promoção do ser humano enquanto sujeito. Considera suas experiências, seus conhecimentos prévios e seus valores e respeita a sua história e as suas diferenças, tendo em vista que os conhecimentos prévios são construções pessoais, aprendidas a partir da vivência em determinada realidade sociocultural, de concepções da vida cotidiana, de representações sociais transmitidas culturalmente e de analogias. O incentivo à cooperação e à participação como ações fundamentais que precisam ser valorizadas e promovidas. A valorização do vivido, do adquirido que desenvolve a autoconfiança e auxilia na busca e atribuição de significados às novas aprendizagens. (PPP/UMA/UFT/TO (2018, p.42).

Além disso, o programa de extensão Universidade da Maturidade (UMA) tem o objetivo de propiciar saúde, dignidade e oportunidades para cidadãos do último ciclo da vida - a velhice. A UMA tem um diferencial em sua proposta: Ela atende a questão maior da humanização, ninguém precisa saber ler, nem escrever. Todo mundo tem que ter muita força de querer viver, criar uma nova perspectiva, ter um projeto de vida. (PPP/UMA/UFT/TO (2018, p.44).

Ao longo desses 16 anos, é ofertada uma metodologia diferenciada, com profissionais capacitados que têm atenção e respeito ao idoso. A UMA proporciona novas concepções e desafios aos alunos, dando oportunidade para essa geração que tanto contribuiu para o país.

O projeto de extensão intitulado *Universidade da Maturidade (UMA)* mostra a sociedade um olhar distante dos estereótipos criados a respeito do envelhecer, que vai muito além do processo natural do ciclo da vida. (PPP/UMA/UFT/TO (2018, p.46).

Diante disso, para que todas atividades fossem implementadas, a Universidade da Maturidade – UMA da Universidade Federal do Tocantins buscou como modelo a inserção do Termo de Cooperação Técnica entre os polos da UMA, a UFT e os órgãos Municipais (Prefeitura e Secretaria Municipal de Educação).

5. TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E A SUA IMPORTÂNCIA NA APLICAÇÃO DAS ATIVIDADES

O poder público é incumbido por aplicar medidas necessárias, tanto na capacitação de pessoal, quanto no auxílio necessário, assegurar a capacidade técnica e funcional de celebrar os termos de cooperação técnica, cumprindo e assumindo suas respectivas responsabilidades.

Celebrado o Termo de Cooperação Técnica, a administração pública promove o acompanhamento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo ter apoio técnico de terceiros e confiar competências.

Para que o Termo de Cooperação Técnica seja firmado, é preciso percorrer sucintamente a formalização do termo de cooperação, tendo em consideração passar por três fases:

Fase 1. Construção de um documento como modelo de Termo de Cooperação por servidores do setor técnico, pode ser das duas instituições parceiras. Na parceria o documento deve conter especificamente as seguintes cláusulas: objeto, recursos financeiros, obrigações dos partícipes, coordenação, acompanhamento e da execução, contrapartida, propriedade intelectual, sigilo, propriedade dos bens remanescentes, vigência, alterações, denúncias, publicação, descumprimento das obrigações, disposições gerais e foro.

Figura 2 - Atribuições da UMA-UFT elencadas no Termo de Cooperação Técnica

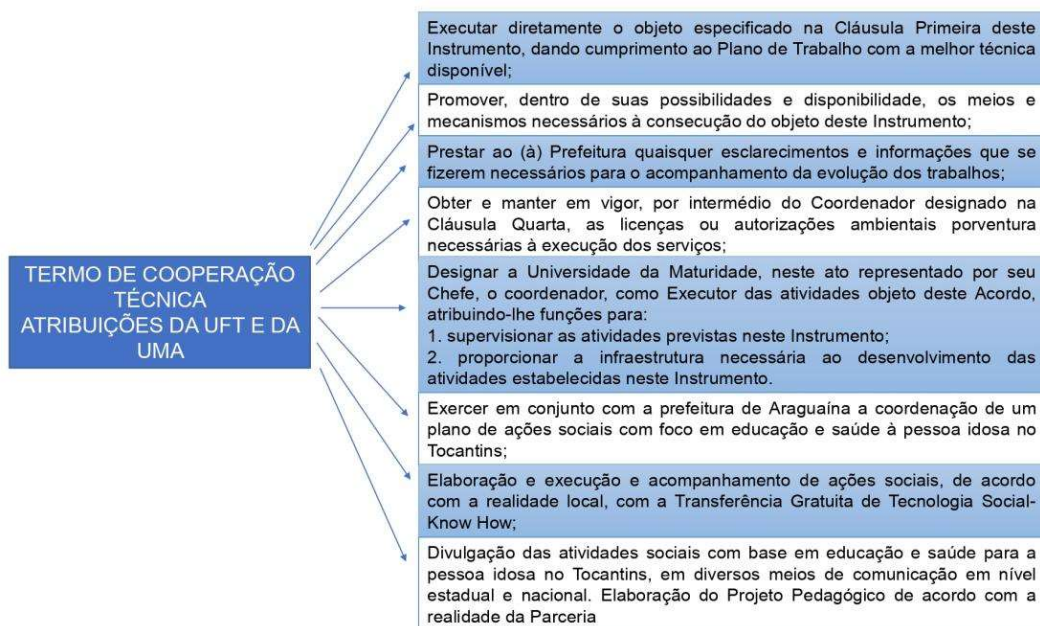
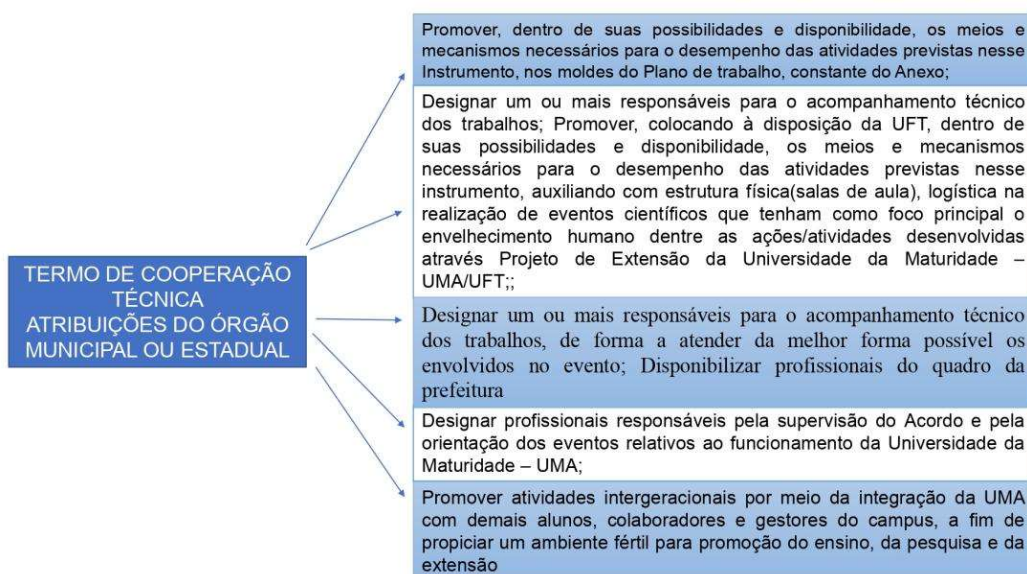


Figura 3 - Atribuições dos órgãos (Prefeitura e Secretaria Municipal de Educação) elencadas no Termo de Cooperação Técnica



Fase 2. O documento passa por uma resignação nos âmbitos de assuntos interinstitucionais e jurídicos de cada órgão, para a análise e aprovação dos mesmos.

Fase 3. Assinatura do Termo de Cooperação Técnica e publicação do termo no Diário Oficial da União.

No ano de 2021, o Termo de Cooperação Técnica do município de Araguaína foi publicado no Diário Oficial da União, sendo os entes interessados: A Universidade Federal do Tocantins – UFT, a Universidade da Maturidade – Polo de Araguaína – TO e a prefeitura e secretaria de educação do município de Araguaína – TO Araguaína. O polo da UMA de Araguaína se destacou diante do que foi proposto no Plano de Trabalho e nas cláusulas do Termo de Cooperação Técnica. Dessa forma, irei destrinchar as ações que foram geradas a partir dos produtos propostos no Termo de Cooperação Técnica. Conforme extrato a seguir temos a descrição sucinta do objetivo do Termo de Cooperação Técnica firmado:

Figura 4 - Termo de cooperação entre a UMA-UFT e o município de Araguaína – TO publicado no dia 24 de maio de 2021

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

ESPÉCIE: Acordo de Cooperação que entre si celebram Universidade Federal do Tocantins e Prefeitura Municipal de Araguaína.

OBJETO: Realização de ações/atividade desenvolvidas pela criação de um polo do Projeto de Extensão da Universidade da Maturidade - UMA/UFT.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2021

SIGNATÁRIOS: Luis Eduardo Bovolato - Reitor da Universidade Federal do Tocantins - UFT e Wagner Rodrigues Barros - Prefeito Municipal.

Após à assinatura e publicação do Termo de Cooperação Técnica, a próxima fase consistiu em discutir, com a participação de servidores das duas instituições, as ações executadas e os prazos para execução dos trabalhos. A partir dessas discussões, as demandas apresentadas no Plano de Trabalho vinculado termo firmado, cada equipe dos polos da Universidade da Maturidade – UMA adotou a sua metodologia para realizar as ações no seu respectivos polos em parceria com a Prefeitura municipal.

O Plano de Trabalho entrou em vigor juntamente com o Termo de Cooperação Técnica, e é uma ferramenta relevante para sistematizar informações importantes para a realização do projeto.

Figura 5 - Modelo do Plano de Trabalho

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS GABINETE DO REITOR SETOR DE CONVÊNIOS	
Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO 14, Bloco IV, Reitoria, 77.001-090 Palmas/TO (63) 3229-4053 www.uft.edu.br convenios@uft.edu.br	

PLANO DE TRABALHO

1 - DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS				C.N.P.J	
Endereço Avenida NS 15, ALCNO 14, Bloco IV, Centro/Saída para Paraíso					
Cidade PALMAS	UF TO	CEP 77.001-090	DDD/Telefone (63) 3232.8220	E.A FEDERAL	
Nome do Responsável				CPF	
CI / Órgão Exp.	Cargo	Função		Matrícula	

2 – DADOS CADASTRAIS DA INSTITUIÇÃO CONVENIADA

Órgão/Entidade Convenente				C.N.P.J	
Endereço					
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	E.A	
Nome do Responsável				CPF	
CI / Órgão Exp.	Cargo				

3 – DESCRIÇÃO

3.1 Nome do Projeto

Universidade da Maturidade - UMA/UFT

3.2 Objeto

Cooperação entre os entes para realização de ações/atividades desenvolvidas pela criação de um polo do Projeto de Extensão da Universidade da Maturidade – UMA/UFT. Conjugando esforços a fim de atender às demandas que tenham por finalidade a valorização do idoso

3.3 Identificação

O Termo de cooperação técnica tem por objetivos

a) o desenvolvimento de habilidades técnicas específicas para atuação profissional com foco no envelhecimento humano;

b) o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, através de atividades relacionadas à sua área de formação, visando à complementação educacional voltada para a intergeracionalidade;

O referido Plano de Trabalho possui como efeito principal certificar que as atividades e ações elencadas nas metas estão sendo executadas. Conforme objetivo dessa dissertação apresentamos como resultados uma análise para compreender como as ações desenvolvidas nos projetos na UMA/UFT de acordo com Termos de Cooperação Técnica e seus Planos de Trabalhos vinculados, agregar a realidade e inserção dos mais velhos nas ações elencadas.

6. (UMA) ANÁLISE DOS PRODUTOS GERADOS COMO RESULTADOS NO POLO DA UMA DE ARAGUAÍNA – TO A PARTIR DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.

Neste item, iremos apresentar todos os resultados dos produtos gerados até o atual momento no polo da Universidade da Maturidade UMA do polo de Araguaína – TO, ampliar o entendimento da UMA como um projeto de extensão bem-conceituado e como as atividades são geradas a partir do Termo de Cooperação Técnica e do seu respectivo Plano de Trabalho.

Tabela 1 - Projetos desenvolvidos a partir das ações elencadas no Termo de Cooperação Técnica na UMA de Araguaína – TO

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO POLO DA UMA DE ARAGUAÍNA – TO					
Cód	Ação	Área	Ano	Público Alvo	Situação
01	Dissertação de mestrado da gestora da UMA polo de Araguaína, Deusivânia Carlos.	Educação	2021	Ações realizadas na UMA de Araguaína – TO.	Realizado
02	Projeto de Produtividade da FAPT.	Educação	2021	Idosos da UMA do polo de Araguaína.	Em andamento
03	Produção do documentário dos 15 anos da UMA.	Educação	2021	Idosos da UMA dos polos de Araguaína, Palmas e Porto Nacional, Tocantínia, Paraíso e do público em geral.	Realizado
04	Emenda parlamentar da Câmara de vereadores de Araguaína – TO.	Educação	2021	Idosos da UMA de Palmas	Implantado
05	Auto de Natal.	Educação	2021	Idosos da UMA dos polos de Araguaína e Palmas.	Realizado

É possível verificar na tabela acima que os projetos surgem na teórica e prática. Os polos da Universidade da Maturidade – UMA implantados no Estado do Tocantins, tem como missão inserir os velhos na educação, para que os mesmos tenham um envelhecimento ativo e digno.

O envelhecimento ativo é um conceito político recente, para o qual contribuíram organizações como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a União Europeia (UE). Foi definido como: o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, visa melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem (OMS, 2002, p.79).

No Estado do Tocantins o índice de envelhecimento para os anos 2000 e 2010 foram respectivamente 12,05% e 16,34%. Em 10 anos houve um aumento de 35% na proporção de idosos, aumente este que foi superior ao da Região Norte que para o mesmo período apresentou um aumento de 32% e inferior ao índice brasileiro que avançou 42% no mesmo período. (RELATÓRIO DE PROJETO PEDAGÓGICO, 2020)

Essa mudança no perfil demográfico, aliada ao aumento da renda, urbanização, industrialização, mecanização da produção; maior acesso aos alimentos e a adoção de hábitos menos saudáveis pela população, é acompanhada por uma transição epidemiológica.

É importante destacar que o ritmo e os efeitos dessas mudanças não são iguais para todos, pois variam de acordo com as diferenças individuais e de grupos etários e dependem de eventos de natureza genético-biológica, sócio histórico e psicológica, vivenciados por cada indivíduo.

Assim, o processo de envelhecimento será mais ou menos saudável dependendo das condições biológicas, psicológicas, sociais, culturais e econômicas vivenciadas pelo indivíduo.

Dessa forma, por meio da pesquisa, capacitação, extensão universitária, realização e participação em eventos técnicos e científicos nacionais e internacionais, além da cooperação interinstitucional os projetos visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da pessoa velha que incorporem em seu estilo de vida hábitos saudáveis, estimula a emancipação, autonomia e independência nas

atividades cotidianas como forma de garantir o exercício da cidadania, conscientes do curso natural do envelhecimento.

Para que esses projetos tão relevantes sejam executados, há por trás dos bastidores vários tramites administrativo e documental a serem seguidos, sendo um deles, por meio de um Termo de Cooperação Técnica entre os entes, ou seja, Universidade Federal do Tocantins, Universidade da Maturidade – UMA polo de Araguaína – TO e os órgãos públicos do município (Prefeitura e Secretaria Municipal de Educação).

6.1. Resultados alcançados

A Universidade da Maturidade – UMA junto a Universidade Federal do Tocantins – UFT e os órgãos parceiros optaram em elaborar um termo de cooperação conciso e genérico para oficializar a parceria entre os órgãos e, desse modo, respaldar os projetos e as ações a serem desenvolvidas em conjunto e com foco no envelhecimento ativo e na inclusão dos acadêmicos da UMA.

O Termo e Cooperação Técnica para ser mais eficiente prevê a realização de ações de forma ampla, que contemple diferentes possibilidades de projetos os quais são determinados por meio dos Planos de Trabalho, aonde são definidas as atividades exclusivas a serem desenvolvidas pelas partes.

O Plano de Trabalho ao contrário do Termo de Cooperação, é muito detalhado e, necessariamente, inclui as fases de aplicação de uma determinada política pública, porque é esta ação que justifica a execução das atividades de extensão desenvolvidas no âmbito federal. Neste caso, as metas devem estar bem definidas e conter um cronograma de execução das atividades detalhados.

Para os gestores do polo da Universidade da Maturidade – UMA de Araguaína – TO o Plano de Trabalho auxiliou na execução das atividades de extensão onde conseguiram realizar ações do Projeto de Extensão da Universidade da Maturidade – UMA/UFT, além de, conjuga esforços atendendo às demandas que tem por finalidade a valorização do idoso.

Para identificar se o Termo de Cooperação Técnicas do Polo da Universidade da Maturidade – UMA Araguaína foi executado adequadamente, foi realizado um levantamento documental e descritivo das ações e informações geradas pela

Universidade da Maturidade – UMA de Araguaína - TO para o monitoramento do cumprimento do objeto.

Identificamos 5 produtos como resultados gerados:

Primeiro produto: Dissertação de mestrado da gestora da UMA polo de Araguaína, Deusivânia Carlos.

Deusivânia Carlos é uma das gestoras e professora que coordena as atividades realizadas na Universidade da Maturidade – UMA do polo de Araguaína – TO.

Tendo como foco, o envelhecimento ativo dentro da intergacionalidade, Deusivânia Carlos, ingressou no Mestrado em Educação com objetivo de apresentar uma Proposta de Educação e Aprendizagem ao longo da vida relacionada ao envelhecer e ao envelhecimento humano, pautada na desconstrução do termo velho, no sentido de aceitação do velho na sociedade, no que preconiza a pessoa que está no processo de envelhecimento, tornando-se velha, compreender a importância de se reconhecer como velho, sendo um processo natural da vida.

Todas atividades realizadas no polo de Araguaína – TO durante o ano de 2021 tiveram como meta as metas do Plano de Trabalho do Termo de Cooperação Técnica.



**Fundação Universidade Federal do Tocantins
Programa Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação**

ATA N° 103

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DE
DISSERTAÇÃO**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2022, realizou-se em **Ambiente Virtual**, às dezesseis horas, a defesa de dissertação de mestrado do (a) aluno (a), **LÊDA SANTANA DE OLIVEIRA NOLETO**, aluna regularmente matriculada (a) no Curso de Pós-Graduação em Educação, com o título **“UNIVERSIDADE DA MATURIDADE POLO DE ARAGUAÍNA - TO: “UMA” ANÁLISE DAS AÇÕES REALIZADAS POR MEIO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CONSOLIDADO ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS E O MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA - TO”**. Perante a Banca Examinadora como segue: Prof Dr. Neila Barbosa Osório (orientadora) e pelos professores Dr. Luiz Sinésio Silva Neto (PPGECS/UFT) e Dra. Daniela Patricia Ado Maldonado (PPGE/UFT). Após a exposição do seu trabalho, o (a) aluno(a) foi arguido (a) pelos componentes da Banca com a participação por videoconferência dos membros citados, conforme Art. 56-A da Resolução nº 13, de 22 de março de 2017 para julgar a Dissertação de Mestrado. Recolhidos os resultados, o (a) presidente retomou os trabalhos públicos da sessão e anunciou o resultado. O (A) aluno (a) foi aprovado (a), sendo-lhe atribuído o grau de Mestre em Educação desde que cumpridas às exigências descritas pela Banca em um prazo de 60 dias. Além das exigências, o (a) aluno (a) deverá entregar dois exemplares impressos e encadernados em capa dura e quatro exemplares em formato digital em CD-ROM com capa, em arquivo único em PDF da versão definitiva da dissertação, assim como a cópia do artigo final e o comprovante de sua submissão para uma revista Qualis A ou B da área de Educação à Coordenação do Programa de Mestrado em Educação. Esses exemplares deverão estar devidamente corrigidos, segundo as sugestões da banca examinadora e encaminhados com o atesto do (a) orientador (a). O (A) senhor (a) Presidente deu a sessão por encerrada e nada mais havendo a constar, lavrou esta ata que segue por mim assinada, atestando a participação dos membros da Banca Examinadora por **web conferência**.

Prof^ª. Dr^ª. Neila Barbosa Osório (PPGE/UFT)
Presidente da Banca e orientador

Neila Barbosa Osório

Prof^º. Dr^º. Luiz Sinésio Silva Neto (PPGECS/UFT)

p/ Neila Barbosa Osório

Prof^ª. Dr^ª. Daniela Patricia Ado Maldonado (PPGE/UFT)

p/ Neila Barbosa Osório

Segundo Produto: Aprovação do Projeto de Produtividade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins - FAPT por meio do projeto do Sr. Marcelo Henrique de Jesus Flores Sobrinho, mestre em educação, orientado pela coordenadora geral da UMA, Dra. Neila Barbosa Osório.

O referido edital teve como objetivo Valorizar Pesquisadores Doutores com relevante produção científica, tecnológica e de inovação em suas respectivas áreas do conhecimento, a fim de contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Estado do Tocantins, por meio da concessão de bolsas.

A proposta submetida e que teve aprovação no edital de produtividade foi: A Universidade da Maturidade: o reflexo das práticas sociopedagógicas desenvolvidas em Araguaína – TO.

A pesquisa teve como objetivo verificar nas práticas sociopedagógicas desenvolvidas pela Universidade da Maturidade em Araguaína (Estado do Tocantins), evidências de Serviço Social consoantes com disposto no Estatuto do Idoso, em relação aos direitos dos velhos e à promoção de Políticas Públicas para o envelhecimento humano, sendo isso, uma das ações elencadas no Termo e Cooperação Técnica.

Figura 7 - Aprovação do projeto de produtividade da FAPT



ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS HUMANAS; SOCIAIS APLICADAS E LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES

Ordem	Pesquisador/a	Projeto	Pontuação	Situação
1.	Nilton Marques de Oliveira	Tocantins entre dois Corredores: um da pobreza outro do desenvolvimento – desafios e possibilidades	597	Aprovado
2.	Airton Cançado	Gestão social e cidadania no Tocantins: possibilidades e desafios do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)	581	Aprovado
3.	Neila Barbosa Osório	A Universidade da maturidade: o reflexo das práticas sociopedagógicas desenvolvidas em Araguaína – TO	519	Aprovado
4.	Carlos Mendes Rosa	Sofrimento psíquico e saúde mental. Um estudo com jovens universitários da Universidade Federal do Tocantins – Campus Miracema	373	Aprovado

5.	Cláudia Scareli dos Santos	Contribuições dos espaços não formais para a educação ambiental da escola do campo no município de Wanderlândia, TO	327	Aprovado
6.	Juliano Casimiro de Camargo Sampaio	Formação de professores e ensino de teatro – problemática em rede	285	Aprovado
7.	George França dos Santos	Transtorno do Espectro Autista – TEA e as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC: mapeamento de tecnologias educacionais destinadas aos processos de ensino e aprendizagem nas escolas	275	Aprovado
8.	Fernando de Moraes	Paisagem Geomorfológica de Natividade	272	Aprovado
9.	Vasni de Almeida	Religião e religiosidade na Amazônia	242	Aprovado
10.	Airton Sieben	Impactos e perspectivas da energia elétrica no Brasil: o acampamento Coragem em Palmeiras do Tocantins (TO) e os efeitos da UHE Estreito (MA)	213,5	Classificado
11.	Glaucia Mitsuko Ataka da Rocha	Escala Diagnóstica Adaptativa Operacionalizada de Autorrelato (EDAOAR): propriedades psicométricas	188	Classificado
12.	Eliseu Pereira de Brito	Modos de vida e territórios ribeirinhos pescadores do rio Araguaia no Tocantins	160,5	Classificado
13.	Marcelo de Souza Cleto	Controle digital dos atendimentos na assistência social municipal	138	Classificado
14.	Leila Dias Pereira do Amaral	Patrimônio Cultural e Educação: uma perspectiva de desenvolvimento turístico para o estado de Tocantins	104	Classificado

Palmas – TO, 01 de dezembro de 2021.

MÁRCIO ANTÔNIO DA SILVEIRA
Presidente

5/5

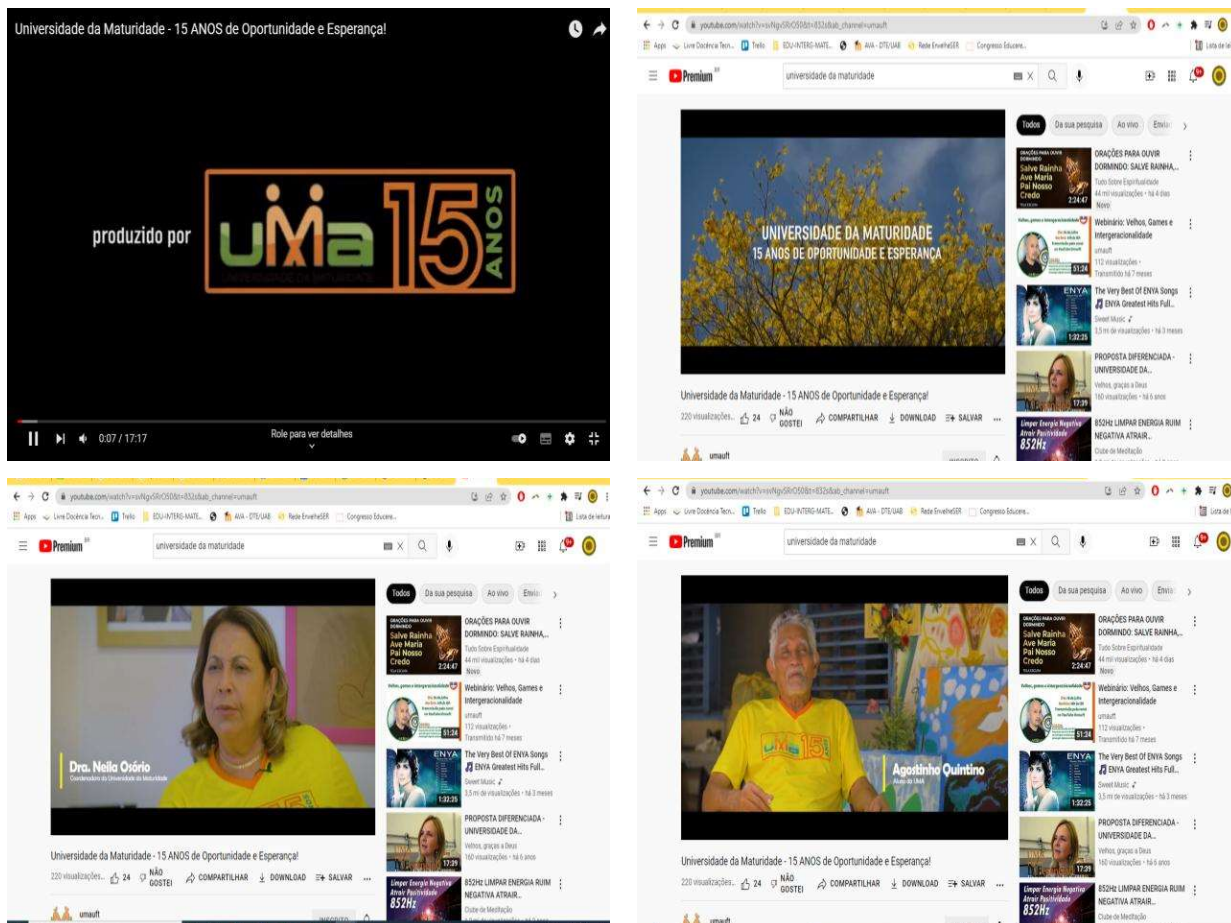
A Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT) está sediada no prédio da Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços do Estado do Tocantins na Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N – **Cidade:** Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-020. **Contato:** 63. 3218.1382 - www.fapt.to.gov.br

Terceiro produto: Produção do documentário dos 15 anos da UMA.

Afim de atender a conexão escola e sociedade, foi necessário amparar, assegurar a participação e defender a dignidade e bem-estar dos mais velhos na coletividade. E diante dessa missão, pactuada na Constituição da República Federativa do Brasil, foi realizado um documentário da Universidade da Maturidade, da Universidade Federal do Tocantins (UMA/UFT), nas homenagens pelos seus 15 anos de criação, além disso, a UMA fez vínculo com o Senado Federal em prol da cidadania dos mais velhos. Todos os apontamentos no documentário envolvem a

Educação Intergeracional e a Gerontologia sendo, portanto, um registro histórico institucional que amplia os limites do saber pela troca de informações sociais.

Figura 8 - Documentário dos 15 anos de história da Universidade da Maturidade - UMA



Quarto produto: Emenda parlamentar da destinada a UMA do polo de Araguaína pela câmara municipal de vereadores de Araguaína – TO.

No ano de 2021, o vereador Wilson Carvalho (PROS) em Araguaína, estabeleceu uma emenda impositiva no valor de R\$ 47.000.00 beneficiando a Universidade da Maturidade – UMA do polo de Araguaína – TO.

A emenda tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos Araguainenses, contribuindo para o andamento das atividades e ações que são realizadas no polo. com o crescimento de Araguaína.

Segundo IBGE de 2018, a população de velhos cresceu 26%, conta, inclusive para a diminuição da fatia de jovens. Esse cenário faz com que os Municípios, Estados e União precisem pensar em políticas públicas para essas pessoas.

A emenda é viabilizada por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, para a realização de eventos de promoção de envelhecimento ativo na cidade de Araguaína, beneficiando os seus docentes idosos.

Figura 9 - Emenda parlamentar destinada a Universidade da Maturidade polo de Araguaína - TO

EMENDA IMPOSITIVA
R\$ 47 MIL

Para a Gestão de políticas do idoso, destinados à Universidade da Maturidade (UMA), para a realização de eventos de promoção ao envelhecimento ativo beneficiando os docentes idosos.

VEREADOR EM AÇÃO

VEREADOR WILSON Carvalho

f i /vereadorwilsoncarvalho

Quinto produto: Auto de Natal.

No dia 22 de dezembro de 2021, os acadêmicos da Universidade da Maturidade dos polos de Palmas e Araguaína participaram no Capim Dourado Shopping, em Palmas, do Canta de Natal. Foram 22 vezes que emocionaram o público com belas músicas de Natal.

A ação realizada é uma das metas elencadas no item. 5 do Plano de Trabalho: desenvolvimento de cursos, programas, projetos e eventos de interesse comum no campo do ensino, pesquisa, extensão voltados para educação e saúde com foco no envelhecimento humano.

Foto 1 - Alto de natal realizado no shopping Capim Dourado em Palmas - TO



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando o estudo, o que resta é trazer novamente a questão norteadora e os objetivos, bem como, discorrer se iremos refutar as afirmações ou negá-las. Dessa forma, apresentar a questão norteadora da pesquisa é de grande importância, sendo: ““como a “UMA/UFT” promove ações que garantem a inserção e os direitos na velhice dos Tocantinenses estabelecidos no Estatuto do idoso (Lei 10741/2003)?”

Nesse sentido, o Termo de Cooperação possibilitou a aplicação das atividades e ações da Universidade da Maturidade - UMA/UFT do polo de Araguaína – TO, de forma sucinta e organizada, com envolvimento dos velhos no direito a educação.

As ações de extensão, viabilizadas através do Termo de Cooperação, aportaram conhecimento complementar à formação acadêmica dos velhos agregar qualidade ao processo educativo. As etapas aqui descritas para institucionalização do Termo de Cooperação podem ser adotadas, com pequenas adaptações, por qualquer Universidade ou outro órgão federal.

Os produtos gerados a partir do Termo de Cooperação Técnica, contemplou de forma positiva, cada acadêmico da Universidade da Maturidade – UMA, inserindo-os no meio social, cultural e educacional de forma igualitária.

A proposta pedagógica que a UMA desenvolve beneficia diferentes gerações em um mesmo espaço, assim evidencia uma aprendizagem significativa por meio das metas alcançadas, incluído como um todo a oralidade, relatos de experiências, conhecimentos diversos sobre vários temas.

Os produtos resultantes apontam que a UMA, por meio do Termo de Cooperação, conseguiu realizar projetos e ações, voltados para atender as necessidades evidenciadas pelos velhos, estruturadas com base nas metas especificadas no Plano de Trabalho, apresentar a aprendizagem e inclusão dos velhos de forma positiva à educação.

O Termo de Cooperação Técnica é um documento para reforçar os laços entre a pesquisa, ensino e extensão, e analisar de forma concisa todas atividades e produtos gerados por meio da Universidade da Maturidade – UMA.

A velhice é uma realidade, nesse sentido é necessário pensar longevidade no contexto atual, para a inserção do velho nas práticas sociais que o avanço

tecnológico oferece, sendo a pessoa velha um ser social, ativo, digno e pensante que tem muito a contribuir na sociedade.

O Termo de Cooperação Técnica trouxe resultados de produtos positivos, onde mostra que a UMA caminha na frente, se tornando um local aprendizagem de novas tecnologias, de respeito ao velho, de fortalecimento de sua identidade e sentimento de pertencimento, promovendo sua autonomia e aproximação a educação pedagógica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. M. **As universidades da terceira idade: novas aprendizagens ou centros de convívio.** 2012. 72 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). - Suplemento 1. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14s1/a31v14s1.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

ALVES, Rubem. **Sobre o tempo e a eternidade.** Campinas: Papyrus, 1995.

ARAÚJO, Eliane. **Tecnologias Sociais possibilitam modelos alternativos de desenvolvimento.** Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/tecnologias-sociais-possibilitammodelos-alternativos-de-desenvolvimento/> Acesso em: 06 de janeiro de 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.

CACHIONI, M. et al. Brazil. In: FINDSEN, Brian et al. (Eds). International.

CERICATTO, Soely Kunz. **Universidade da Maturidade: uma alternativa de prática educativa para redução da exclusão social na velhice dos tocantinenses.** Dissertação (Mestrado em educação) – PPGE, Universidade Federal do Tocantins, Palmas/TO, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DELORS, Jaques et al. **Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.** UNESCO/Edições ASA 1996 CORTEZ EDITORA São Paulo, 1996.

Diversidade e Inclusão. Coletânea de textos CONFINTEA Brasil+6. **Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003.** Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012. **familiar.** São Paulo: Alínea, 2004.

FREIRE, Paulo (1979). **Educação e Mudança,** Ed. Paz e Terra, RJ.

GADOTTI, Moacir. **Educação Popular e Educação ao longo da vida.** In: Brasil.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KUENZER, A. Z. (org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986. Marília em cena. In: BRUNS, M. A.

D. T.; DEL-MASSO, M. C. S. (Org.). **Envelhecimento humano: diferentes perspectivas**. Campinas: Alínea, 2007. p. 91-119.

MELO, M. C. et al. **A educação em saúde como agente promotor de qualidade de vida para o idoso**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, p. 1579-1586, 2009.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: doutrina e jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, 2002.

Oliveira, R. C. S. (2009, dezembro). **O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta**. *Revista HISTEDBR Online*, 28: 278-86.

OSÓRIO, N. B.; SILVA NETO, L.S.S. **Universidade da Maturidade. Nossa História**. Universidade Federal do Tocantins. UFT/2021.

OSÓRIO, Neila Barbosa. **Universidade da Maturidade**. 2021. Disponível em: <http://www.uft.edu.br/uma/sobre/>. Acesso em: 12/01/2022.

PATTON, M.Q. **Qualitative evaluation and research methods**. Newbury Park, CA. Sage Publications, 1990.

Projeto político Pedagógico. **Universidade da Maturidade/UMA/UFT**, Palmas/TO, 2018.

Projeto político Pedagógico. **Universidade da Maturidade/UMA/UFT**, Palmas/TO, 2019.

Projeto político Pedagógico. **Universidade da Maturidade/UMA/UFT**, Palmas/TO, 2011.

RAMOS, M. **A gênese do Decreto n. 5154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita**. In.: FRIGOTTO, G. et al. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2006.

SCORTEGAGNA, P. OLIVEIRA, R. **Educação: integração, inserção e reconhecimento social para o idoso**, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros. 2005. p. 312-313.

SPENCER, J. C. **The usefulness of qualitative methods in rehabilitation: issues of meaning, of context and of change**. *Archives of Physical Medicine and Rehabilitation*, v.74, p.119-126, 1993.

XIMENES, Salomão Barros. **Direito à qualidade na educação básica: teoria e crítica**. São Paulo: Quartier Latin. 2014.